



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO INTERINO

Veto Municipal nº. 001/2021
Projeto de Lei nº 111/2021
Mensagem do veto

Excelentíssimo Senhor Presidente,

É o presente para dirigir a **Vossa Excelência** para comunicar o recebimento do projeto de lei com a seguinte ementa:

“Art. 1º. Acrescenta-se ao art. 1º da Lei Municipal nº 945/2013, § 15 que passa a vigorar com a seguinte redação:

§15 – Os Conselheiros Tutelares quando se Deslocarem do Município de origem, para outro município acompanhando menor em estado de vulnerabilidade para outro município, fará jus a recepção Diária Civil no valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais).

A autoria do projeto é dos Ilustres Senhores Vereadores **Edison Crispim Dias e Alan Francisco Siqueira** cuja segunda via restituo-lhe com o seguinte pronunciamento:

Conquanto nobre e louvável o escopo do projeto apresentado por essa egrégia Casa de Leis, o mesmo não poderá lograr êxito, em razão de vícios de inconstitucionalidade e de ilegalidade que o acometem.

Apesar da bela iniciativa dos ilustres parlamentares o mesmo padece de **vício de ilegalidade**, pois conforme ensina a Lei Complementar Federal nº 173/2020, **fica vedada propositura legislativa que tenha por fim a majoração de indenizações (diárias) até o dia 31/12/2021**, conforme dispositivo legal abaixo:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - omisso;

RECEBIDO CMSFG

16.11.2021

[Assinatura]

ASSINATURA



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO INTERINO

II - omisso;

III - omisso;

IV - omisso;

V - omisso;


VI - criar ou **majorar** auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou **benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório**, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública **e de servidores e empregados públicos** e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade; grifei.

Diante da flagrante ilegalidade em se majorar verbas indenizatórias - diárias, nesse período - 31.12.2021, alternativa não resta, senão a de manifestar que o presente projeto não poderá ter outro caminho senão a sua rejeição total.

Pelo exposto, vejo-me compelido a vetar integralmente o Projeto de Lei n.º 111/2021, por motivos de **flagrante ilegalidade**, por **colidir frontalmente o art. 8º, inciso VI, da Lei Complementar Federal nº 173/2020**.

Aproveito o ensejo para reiterar a **Vossa Excelência** meus protestos de alta estima e distinta consideração.

São Francisco do Guaporé, RO., 16 de Novembro de 2021.


Alcino Bilac Machado
Prefeito Municipal